

Walter Benjamin e C.B. Macpherson, sobre a mercantilização da obra de arte à luz do individualismo possessivo

Saulo Henrique Souza Silva *

Resumo

Este artigo tem por objetivo investigar a relação entre as interpretações das sociedades de consumo por meio da análise entre a mercantilização da obra de arte em Walter Benjamin e a teoria do individualismo possessivo defendida por C.B. Macpherson. É discutido o modo pelo qual esses intérpretes contemporâneos da modernidade tratam de conceitos como sociedade de consumo, mercado e trabalho alienado. Os mesmos aparecem na crítica de Benjamin acerca da arte e de sua produção no quadro das sociedades de consumo; em Macpherson, por sua vez, é instrumento interpretativo para a análise das obras de filósofos inglês do século XVII, onde seria possível ler a descrição do individualismo possessivo e a defesa da alienação do trabalho. Pode-se concluir que ambos os autores, além do método alegórico, utilizam o método materialista da história e compreendem as relações sociais como fruto das relações econômicas de produção.

Palavras-chave

Sociedade de Consumo; Obra de Arte Como Mercadoria; Individualismo Possessivo; Trabalho Alienado.

Abstract

This article aims to investigate the relationship between the interpretations of consumer societies through the analysis between the commodification of the artwork in Walter Benjamin and the theory of possessive individualism defended by C.B. Macpherson. It discussed the way in which these contemporary interpreters of modernity deal with concepts like consumer society, market and alienated labor. They appear in Benjamin's

* Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: saulohenrique01@hotmail.com

critique of art and its production in the framework of consumer societies; in Macpherson, in turn, is an interpretative instrument for the analysis of the works of seventeenth-century English philosophers, where would be possible to read the description of possessive individualism and the defense of the alienation of labor. It can be concluded that both authors, in addition to the allegorical method, use the materialist method of history and understand the social relations as the fruit of economic relations of production.

Keywords

Consumer society; Artwork As Merchandise; Possessive Individualism; Alienated Work.

Introdução: um paralelo alegórico

As teses de Walter Benjamin (1892-1940) acerca da obra de arte na modernidade tem como fundamento a destruição de sua *aura*, caracterizada como o suporte de autenticidade e materialidade que confere ao objeto artístico singularidade no tempo, como uma espécie de aparição única. Ao afirmar que a aura é destruída pelo aprofundamento da capacidade de reprodução técnica da obra de arte nas sociedades modernas, Benjamin quer enfatizar o esvair-se do valor de culto, do caráter mágico, secreto, e sublinhar a importância que traz a exposição. Ela é potencializada pela fotografia e pelo cinema, é uma maneira de levar o objeto artístico para a participação no mercado, de ser posta ao consumo ou à censura das massas. Essa discussão traz outras questões como a percepção estética do artístico, a obra de arte em seu *vir-a-ser* mercadoria e a maneira como o autor está preso a esse moderno aparelho de produção.

A obra de arte e o fazer artístico são engolidos pelo desenvolvimento do capitalismo no século XIX. Em suas experiências de Paris, Benjamin acentua a importância das galerias, da pintura panorâmica, da literatura de folhetim, o deslocar-se da arte para o mercado; do antigo objeto de um colecionador, torna-se mercadoria sujeita, por isso mesmo, às vicissitudes da vida moderna. A reflexão de Benjamin sobre a mercantilização do artístico parte da própria obra, do que ela tem a dizer, pois ela é o produto de seu tempo. Em *A Paris do segundo império em Baudelaire* (1938), tal atitude é evidenciada pela afirmação de que o poeta francês teria apreendido esse *novo* aspecto da

modernidade parisiense; era possível encontrar uma historiografia inconsciente sobre a experiência moderna na grande metrópole capitalista, como uma denúncia de um modo de vida permeado por conflitos. O processo social que Benjamin descreve no século XIX— sociedade de mercado, individualismo, livre concorrência, vendedor e mercadoria— possui gênese filosófica, segundo o professor canadense Crawford Brough Macpherson (1911-1987), no pensamento político inglês do século XVII.

Na obra *A teoria política do individualismo possessivo*, publicada em 1962, Macpherson tem por objetivo demonstrar essa tese das primeiras formulações de autores ingleses seiscentistas acerca das sociedades de mercado. Dessa forma, o modelo capitalista em pleno vigor no século XIX, época histórica na qual Benjamin descreve que a obra de arte e o seu ator foram completamente tomados pelas relações modernas de produção, tem seu marco teórico na filosofia política inglesa do XVII (MACPHERSON, 1979, p. 284). Essas teorias refletiam a sociedade “de indivíduos livres e iguais, *relacionando-se entre si como proprietários de suas próprias capacidades e do que adquiriram mediante a prática dessas capacidades*” (*Ibid.*, p. 15). O que observa-se no século XIX, como defende Flávio Kothe, é a metamorfose do lugar da arte na sociedade, “tal mudança era a necessidade da arte ter de ir ao mercado e vender-se como uma mercadoria [...]. Tinha agora de assegurar sua sobrevivência através da venda de sua produção”, da proletarização de sua capacidade artística (1976, p. 76).

As páginas que seguem tentarão a aprofundar essa relação entre a mercantilização da obra de arte proposta por Benjamin e a tese de Macpherson sobre o individualismo possessivo presente na filosofia política inglesa. Essa investigação tem início com o diagnóstico benjaminiano sobre a mercantilização do artístico como consequência do desenvolvimento das relações modernas de produção a partir dos artigos *Paris, capital do século XIX* e *A Paris do segundo império em Baudelaire*. Em seguida, será analisada a estrutura crítica da filosofia política inglesa do século XVII levada a cabo por Macpherson, onde concentraremos nossa atenção em sua interpretação do filósofo John Locke; finalmente, traçamos o perfil de Baudelaire empreendido por Benjamin como o herói da modernidade.

Benjamin e a Análise da Obra Literária Como Mercadoria

Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a

encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações
recíprocas.

(MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*)

A obra *Paris, capital do século XIX* consiste em conjunto de textos escritos por Benjamin por volta de 1935 e faz parte do projeto inicial das *Passagens*, onde o filósofo alemão pretendia analisar o avanço da modernidade na arquitetura de Paris e o modo como as letras da época refletiam esse contexto social (Cf. ORTIZ, 2000). A modernidade, afirma Benjamin, é caracterizada pelo deslocamento do interior para o exterior, da casa para a rua. O surgimento das galerias é o sinal desses tempos, de grandes estoques de mercadorias, da elevação do comércio têxtil, da construção com ferro, da pintura de panoramas e, igualmente, do aparecimento de “uma literatura panoramática” (*Paris, capital do século XIX*, p. 33). A percepção de Benjamin é que definitivamente há um novo relacionamento da arte com a técnica, prenunciado pela fotografia, no aniquilamento da arte à técnica por meio da reprodução mercantil da obra de arte. É justamente essa reprodutibilidade da obra de arte que contribui diretamente para a destruição do seu caráter de unicidade material e temporal— *aura*; tema esse amplamente desenvolvido em *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (1936)¹.

Para Benjamin, é nessa época que surgem as exposições universais, cujo nervo vital seria “o fetichismo, subjacente ao *sex-appeal* do inorgânico” (*Paris, capital do século XIX*, p. 36). Tais mudanças afetam a obra de arte que perde seu valor afetivo e torna-se um produto. É nessa situação que surge o *flâneur*, o homem da multidão, mas que se difere desta por sua unicidade. Benjamin sempre exemplifica o conceito de *flâneur* com Baudelaire, ou seja, com o intelectual que se exhibe à multidão. Baudelaire se encontraria na época em que o mecenato está em vias de extinção e o artista tem então que se tornar um vendedor de sua própria obra, cada vez mais submetida às relações de produção. Para Benjamin, “tal é a imagem sempre presentificada pela prostituta, que, em hipostática união, é vendedora e mercadoria” (*Ibid.*, p. 40); imagem pela qual o poeta francês sempre se representa. Eis então que a obra é encaminhada ao mercado, como produto de uma galeria.

¹ A destruição da *aura* é o tema tratado por Benjamin em *A obra de arte na sua era de reprodutibilidade técnica*; Benjamin afirma que a obra de arte sempre teve a característica de ser reproduzida; porém, a reprodutibilidade é compreendida com uma técnica de produção, e não um exercício de aprendizagem. A reprodução técnica permite o fim da autenticidade e do original, alterando, portanto, não apenas a produção artística, mas também o seu valor e a percepção do artístico.

É por meio do desenvolvimento da reprodutibilidade técnica, pela revolução operada na imprensa com o folhetim, que a beletrística ocupa um lugar de mercadoria de destaque nos jornais, surge o romance de folhetim, a literatura do bulevar. Em *A Paris do segundo império em Baudelaire*, artigo redigido por volta de 1937, Benjamin defende que o literato “passava no bulevar as suas horas de lazer, exibindo-se às pessoas como se fosse uma parte de seu tempo de trabalho. Comportava-se como se tivesse aprendido de Marx que o valor de toda mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção” (p. 59). Esta é uma concepção subjacente ao modo como Benjamin absorve o materialismo histórico em sua análise da obra de arte e de sua produção que possui formulações diversas, como aquela da palestra proferida na década de 1930, e mais tarde publicada com o título de *O autor como produtor* (1966). Nesse último artigo aparece o seu lado mais engajado pelo qual enfatizava a necessidade de localizar a posição da intelectualidade no processo de produção².

Há em Benjamin uma tipificação do papel do autor de acordo com a posição que ele e sua obra ocupam dentro das relações de produção de seu tempo. Por exemplo, entre os grandes romancistas colaboradores de folhetim, Benjamin destaca Alexandre Dumas que em 1845 teria acertado “um contrato com o *Constitutionnel* e com a *Presse* pelo qual eram-lhe garantidos, por cinco anos, honorários anuais mínimos de 63000 francos para uma produção anual mínima de 18 volumes” (*A Paris do segundo império em Baudelaire*, p. 60). Para Benjamin, essa mercantilização da cultura literária levou a situações nas quais, ao

[...] adquirirem manuscritos, os editores se reservavam no direito de fazer com que fossem assinados por um autor de sua livre escolha. Isso pressupunha que alguns dos romancistas mais exitosos não eram nada escrupulosos com a assinatura [...]. Corria o boato de que o Dumas empregava em seus porões toda uma companhia de literatos pobres (*Ibid.*, p. 61).

Eis então o resultado da mercadoria literária, a livre concorrência entre os literatos e a necessidade de se produzir novidades para abastecer os folhetins. É a essa literatura rápida e endereçada ao mercado que Benjamin denomina de *panorâmica*, que é destinada

² Segundo Benjamin, em *O autor como produtor*, “Brecht formulou o conceito de redefinição de funções [...], foi o primeiro a levar aos intelectuais a exigência, de largo espectro: não alimentar o aparelho ideológico de produção sem, ao mesmo tempo, à medida do possível, alterá-lo no sentido do socialismo” (p.194); em outras palavras, Benjamin advoga que o escritor modifique sua relação como o aparelho de produção e, ao invés de simples fornecedor de peças, transforme-se em “engenheiro” que adeque esse aparelho para a “revolução proletária” (*Ibid.*, p. 201).

a ser consumida nas ruas, como as *physiologie* que pelo ar inofensivo punha viseiras no “cidadino tapado” (*Ibid.*, p. 67). No entanto, enquanto panorama de um modo de vida já perdido, as *fisiologias* não foram tão longe porque escondiam a característica marcante das grandes cidades, o fato de que

as pessoas se conheciam entre si como devedores e credores, como vendedores e clientes, como patrões e empregados— sobretudo, elas se conheciam entre si como *concorrentes*. Despertar nelas, a longo prazo, a ideia de que esses seus preceitos seriam basicamente inofensivos não parecia ter grandes perspectivas (*Ibid.*, p. 68).

Para Benjamin, na sociedade de mercado, o que se observa é uma concorrência desenfreada que, por isso mesmo, impôs curta vida às fisiologias, mas que também absorve o próprio literato a um modo de produção, tornando-o uma espécie de operário das letras, das artes. Nesse sentido, tudo acaba sendo tragado pela sociedade de consumo, pelo mercado.

Desse modo, percebemos o enraizamento nas artes do século XIX das relações sociais de mercado as quais, segundo o cientista político C. B. Macpherson, foram justificadas por concepções liberais da economia oriundas do século XVII. Como afirma D’Angelo, na modernidade benjaminiana “há a incorporação do artista ao conjunto da força de trabalho, fato que não ocorreu sem profundas modificações na natureza da criação artística” (D’ANGELO, 2006, p. 240). A gênese dessas ideias liberais seria encontrada no individualismo possessivo presente na filosofia política inglesa do século XVII. A esse respeito, nas páginas que seguem, as atenções estarão concentradas no modo como Macpherson interpreta o pensamento político e social desenvolvido pelo filósofo inglês John Locke.

O Surgimento da Sociedade de Mercado: o Individualismo Possessivo

Na realidade, a concorrência cada vez mais aguda leva,
sobretudo, a que cada um afirme cada vez mais imperiosamente os
seus interesses.

(Benjamin. *A Paris do segundo império em Baudelaire*)

De acordo com C. B. Macpherson, é digno de indagação se a base teórica do Estado liberal-democrático não estaria na teoria e na prática política do século XVII. O autor fundamenta essa defesa na ideia do *individualismo possessivo* que consistiria em afirmar a liberdade como um exercício de posse e a sociedade como relações de trocas entre proprietários. Nesse sentido, seu método é investigar as características implícitas dos argumentos de uma obra, de modo que se tornem logicamente coerentes dentro do sistema teórico do autor. Assim, uma teoria poderia “surgir facilmente da experiência daquele determinado pensador em sua própria sociedade” (1979, p.18). Em *A teoria política do individualismo possessivo*, Macpherson dedica sua atenção à interpretação alegórica do estado de natureza hobbesiano, em tecer uma crítica à limitação da democracia dos *levellers* e do republicanismo de Harrington, bem como encerra com uma investigação sobre a teoria da apropriação de Locke.

O comentador defende encontrar no pensamento político inglês do século XVII a gênese do individualismo possessivo, cuja evolução permitiria compreender as bases centrais das sociedades modernas de consumo. Para Macpherson, o individualismo possessivo caracteriza-se pela ideia de que o indivíduo é essencialmente o proprietário de sua pessoa e de suas próprias capacidades, sendo-lhe possível, portanto, alienar sua força de trabalho. Na análise de Macpherson, um dos autores de suma importância para compreender esse processo é John Locke (1632-1704) por ter feito da *propriedade* e do *trabalho* aspectos centrais de sua teoria. De acordo com o comentador, Locke parte do indivíduo para a sociedade e a formação do Estado, mas este indivíduo, pelo qual inicia seu pensamento, seria desde o começo criado à imagem do homem de mercado. O homem de mercado é o indivíduo “livre para alienar a sua capacidade de trabalho” e a “sociedade seria uma série de relações entre proprietários” e, conseqüentemente, a “sociedade política o artifício contratual para a proteção dos proprietários e regulamentação ordeira de suas relações” (MACPHERSON, 1979, p. 281). Por formulações não declaradas, mas implícitas, segundo Macpherson, Locke estaria baseando seu pensamento a partir da compreensão de sua própria sociedade, marcada pela troca e pela alienação do trabalho.

Para provar essas ideias, Macpherson faz uso de diversas passagens do *Segundo tratado* de Locke. Assim, no parágrafo 142 dessa obra, o filósofo inglês defende que “o fim maior e principal para os homens unirem-se em sociedades políticas e submeterem-se a um governo é a conservação de sua *propriedade*” (2001, § 124). Esse traço liberal de seu pensamento, assegura que o motivo para os homens consentirem em deixar o *estado*

natural e passarem a viver em sociedade civil consiste única e exclusivamente na preservação de suas “vidas, liberdade e bens, aos quais atribuo o termo genérico de propriedade” (*Ibid.*, § 123). Além de caracterizar o cuidado da propriedade como a gênese e a extensão do poder político, Locke presenteia a posteridade com a tese da apropriação individual por intermédio do trabalho. No famoso quinto capítulo do *Segundo tratado*, “Da propriedade”, o filósofo inglês defende que cada homem tem em si uma propriedade: a sua própria pessoa. A posse de si mesmo faz com que o trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos sejam suas propriedades. Além disso, qualquer “coisa que ele então retire do estado com que a natureza a proveu e deixou, mistura-a ele com seu trabalho e junta-lhe a algo que é seu, transformando-a em sua *propriedade* [...], algo que a exclui do direito comum dos demais homens” (*Ibid.*, § 27). Para Macpherson, a partir desse postulado, Locke estaria justificando a apropriação individual dos produtos da terra “que foram originariamente dados em comum à humanidade” (1979, p. 212). No entanto, havia um único limite estabelecido: o desperdício, algo que impediria a apropriação além da necessidade de sobrevivência.

De acordo com essa teoria, desde o estado de natureza já existia a propriedade privada, pois o fruto do trabalho de um homem é sua propriedade. Tal ideia fica clara na seguinte passagem onde o filósofo inglês afirma que

a lei natural sob a qual o homem estava antes era favorável à apropriação. Deus ordenou, e seus desejos forçaram-no ao *trabalho* [...]. De modo que Deus, ao ordenar o cultivo, deu com isso autorização para a *apropriação*. E a condição da vida humana, que requer trabalho e materiais com os quais trabalhar, introduz necessariamente a *propriedade particular* (2001, § 35).

Para Macpherson, Locke estaria abrindo o caminho à conseqüente defesa da apropriação ilimitada, típica das sociedades de mercado. A passagem que comprovaria essa tese é a seguinte: “a mesma regra de propriedade segundo a qual cada homem deve ter tanto quanto possa usar estaria ainda em vigor no mundo [...], *se a invenção do dinheiro* não houvesse introduzido [por consenso] posses maiores e um direito a estas” (*Ibid.*, § 36). Com o uso do dinheiro, a lei natural, que antes regulava a apropriação ao limite do uso individual, deixaria de fazer sentido porque a moeda [pedaço de metal amarelo] não

estragava, fato que permitia o acúmulo de ouro e prata em quantidades ilimitadas, bem como proporcionava o desenvolvimento do comércio³.

Esse é o mote para Macpherson extrair a tese segundo a qual Locke pretendia defender o uso do dinheiro como mercadoria, de modo a ser trocado por outras mercadorias, cuja finalidade característica seria “servir como capital”⁴ (MACPHERSON, 1979, p. 218), ainda no estado de natureza. Só depois surgiria o Estado para garantir a segurança dessas relações entre proprietários. Como advoga o comentador, “para Locke, o trabalho de um homem é tão inquestionavelmente propriedade sua, que ele pode vender a outro. O trabalho assim vendido, torna-se propriedade do comprador, que estão tem direito a se apropriar do produto desse trabalho” (*Ibid.*, p. 227). Tal afirmação está fundamentada na defesa lockeana da alienação do trabalho, quando “um homem livre fez-se servidor de outro vendendo-lhe por um certo tempo o serviço que se dispõe a fazer em troca da remuneração que deverá receber” (2001, § 85). Dessas passagens, pode-se afirmar que o trabalho seria entendido por Locke no sentido burguês, do qual se pode dispor e trocar; alienar.

Com suas pesquisas sobre o individualismo possessivo⁵, Macpherson defende que Locke estaria escrevendo sobre os pressupostos de uma economia comercial que, sob a fase da apropriação ilimitada, implicava na existência do trabalho assalariado, cuja consequência — “o efeito desumanizante da transformação do trabalho em mercadoria” — não seria possível calcular (1979, p. 227). Assim, toda a força do argumento está em provar que a livre alienação “da propriedade, inclusive da propriedade do próprio trabalho, mediante a venda, é um elemento essencial da produção capitalista” (*Ibid.*, p. 231). A interpretação do individualismo possessivo a partir da compreensão da materialidade das relações econômicas e sociais refletidas nas obras de filósofos ingleses

³ Quanto a isso, Locke parece ser bastante claro: “pergunto, pois que valor daria alguém a dez mil, ou a cem mil acres de terra excelente, já cultivada e também bem abastecida de gado, em pleno interior da América, onde não tivesse esperança de comércio com outras partes do mundo que lhe trouxessem *dinheiro* pela venda dos produtos” (2001§, 48).

⁴ No artigo intitulado *Locke on capitalist appropriation* (1951), Macpherson já havia estabelecido essa relação de Locke com a formulação do “[...] desejo especificamente capitalista de acumulação que está tomando por garantido”. Argumentando que o objetivo da sua visão econômica estava relacionada ao emprego de terra e dinheiro como capital, como uma *commodity*, podendo, ao entrar no mercado, ser trocado por outras *commodities* (Cf. 1951, pp. 56-7).

⁵ A tese do individualismo possessivo é importante, mas também controversa, e gerou um grande debate que se perdura até hoje entre os principais estudiosos do pensamento lockeano, bem como hobbesiano. O individualismo possessivo é uma das chaves de compreensão das obras políticas de Locke, muitas vezes aceita, outras vezes refutada, jamais negligenciada.

possui a característica do método alegórico pelo qual Walter Benjamin interpreta a arte na sociedade de consumo.

Quando o poeta também deve pôr seu serviço, sua literatura, como moeda de troca que vale uma determinada remuneração, ele aliena sua capacidade literária, cujo resultado, a própria obra, pode tornar-se propriedade de um editor de jornal, de revista etc. Essas características estão presentes nas próprias obras de arte, ou teses filosóficas, enquanto reflexo ou lampejos de consciência do seu tempo histórico. Paralelamente, seguindo a tese de Macpherson, há na filosofia de Locke a justificação da alienação do trabalho para a troca por um salário; no século XIX, Benjamin percebia que a arte de escrever perdia a sua especialidade, tornando-se mais uma profissão com a qual se paga as dívidas, como fazia o próprio Baudelaire⁶.

Baudelaire: O Herói da Modernidade

Para ter sapatos, ela vendeu a sua alma;
Mas o bom Deus riria se, ante infâmia tal,
Eu desse de tartufo e macaqueasse o senhor,
Eu que vendo o pensamento e quero ser autor.
(BAUDELAIRE, In: BENAJMIN. *A Paris do segundo império*
em Baudelaire)

Nessa época de mistificação do mercado, em que tudo acaba se tornando artigo a ser comercializado, como vimos, a própria literatura torna-se uma mercadoria. O exemplo da consciência desse fato social é Baudelaire, por isso Benjamin tomou *As flores do mal* como referência básica na compreensão da modernidade. Baudelaire é eleito o herói da modernidade e incluído no rol dos *conspiradores profissionais*, como um provocador. O conspirador profissional era o literato, Baudelaire, o trapeiro, o trabalhador, todos pertenciam a *bohème*. Baudelaire, como conspirador, teria percebido, embora não com consciência plenamente desenvolvida, as dificuldades do mercado literário, por isso ele era uma espécie de contraventor, agia do mesmo modo que o mercado nascente da literatura.

⁶ A alusão aqui é o artigo de Baudelaire sobre Blazac intitulado: *Como pagar dívidas quando se tem gênio*. BAUDELAIRE, C. *Poesia e prosa: volume único*.

É nesse sentido que Benjamin, em *A Paris do segundo império em Baudelaire*, afirma que

o comportamento próprio de Baudelaire corresponde a um semelhante estado de coisa. Ele põe o mesmo manuscrito à disposição de várias redações ou permite seguidas edições sem caracterizá-las enquanto tais. Desde cedo ele encarou o mercado literário sem quaisquer ilusões (1991, p. 64).

Para Benjamin, era o próprio Baudelaire que entendia a condição do poeta e o representava de forma alegórica em suas publicações, como o “arquiteto literário” que deveria vender a qualquer preço seu produto. Segundo Benjamin, “até o final de sua vida, Baudelaire ficou mal situado no mercado literário. Calcula-se que, com toda a sua obra, ele não ganhou mais que 15000 francos” (*Id. Ibid.*, p. 64). Baudelaire não era um socialista, como Blanqui, mas percebeu de modo original a situação real do literato. Era por isso que sempre se comparava a uma prostituta, como no soneto *La Muse Vénale* das *Fleurs du mal*. Baudelaire compreendia o que se passava na realidade do escritor de seu tempo, por isso como “flâneur ele se dirige para o mercado, achando que é só para dar uma olhada nele, mas, na verdade, já é para encontrar um comprador” (*Id. Ibid.*, p. 64)⁷, seu espaço era a multidão, lugar onde se sentia em casa, realizava o amor — *A uma passante* — , onde encontrava leitores para as suas obras; eis então o poeta estigmatizado pela modernidade.

Segundo Benjamin, o poeta francês é um herói porque seu labor poético é comparável com o do operário esgrimista — *Soleil*⁸ — “o herói é o verdadeiro sujeito da *modernité*. Isso significa que, para viver a modernidade, é preciso uma postura heroica” (*Ibid.*, p. 98). Sua figura se assemelha àquela do proletário, pois “aquilo que o assalariado executa no trabalho diário não é nada menos que aquilo que arrastava, na antiguidade, o gladiador ao aplauso e a glória” (*Ibid.*, p. 99). O herói da modernidade, destarte, não é aquele que faz parte da história oficial, encontra-se, na verdade, “pela rua, o lixo da sociedade [...]; trapeiro ou poeta o lixo importa aos dois; ambos executam solitariamente o seu trabalho nas horas em que os burgueses se entregam ao sono” (*Ibid.*, p. 103).

⁷ Segundo Martha D’Angelo, “As fantasmagorias do espaço a que o *flâneur* se entrega, tentando conquistar simbolicamente a rua, escondem a “mágica” que transforma o pequeno burguês em proletário, o poeta em assalariado, o ser humano em mercadoria, o orgânico no inorgânico. Mas a *flânerie* de Baudelaire guarda uma certa consciência de sua própria fragilidade” (2006, p. 242).

⁸ Cabe lembrar que no poema *O vinho dos Trapeiros* Baudelaire se compara com trapeiros: “Vê-se um trapeiro cambaleante, a fronte inquieta, Rente às paredes a esgueirar-se como um poeta, E, alheio aos guardas e alcaguetes mais abjetos, Abrir seu coração em gloriosos projetos” (BAUDELAIRE, 1995, p. 192).

Portanto, para Benjamin, Baudelaire, como uma espécie de consciência da real situação do literato na modernidade, compreendeu, mesmo sem ser socialista, que sua obra era destinada a vender, a ser consumida, reconhecia a si mesmo como produtor. Por isso, sempre se comparava a uma prostituta, a um trapeiro, a um trabalhador.

Conclusão

Ao final da investigação, é possível ter mais clareza da maneira como este artigo refletiu acerca da concepção benjaminiana da mercantilização da obra de arte como fruto do aprofundamento do processo de modernização das sociedades ocidentais, emprego crescente da técnica e exposição de seus produtos no mercado. Para tanto, é preciso que certas categorias do pensamento social e econômico estejam encarnadas na realidade concreta, como o trabalho, a produção e o comércio. A teoria do individualismo possessivo descreve justamente a gênese dessa sociedade e o aparecimento filosóficos de conceitos como propriedade, trabalho, dinheiro, consumo. Concernente a essa empresa esteve a tentativa de refletir sobre a questão da possibilidade de compreensão da mercantilização da arte através do aprofundamento das relações sociais oriundas do século XVII.

Os estudos do período demonstram o surgimento de conceitos ligados às relações de produção no século XVII, como valor, consumo, propriedade e a reflexão sobre o trabalho e o lugar do trabalhador nessas sociedades. As letras históricas e filosóficas advogam pela demonstração do aprofundamento dessas relações econômicas; a tese de Macpherson, compreendida pela terminologia de individualismo possessivo, surge como uma tentativa de explicar essa evolução histórica da sociedade de consumo a partir das filosofias do século XVII. E entre essas filosofias, o pensamento social de John Locke, evidentemente, consiste em um reflexo singular dessa sociedade porque faz da propriedade e do trabalho aspectos centrais de suas obras políticas e econômicas. Ao fim e ao cabo, o que Benjamin percebe, então, é a evolução desses pressupostos os quais, no século XIX, absorve a arte, a literatura, fazendo do seu autor um operário, um produtor.

Referências Bibliografia

BAUDELAIRE, C. *Poesia e prosa: volume único*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995.

- BENJAMIN, W. *Paris, capital do século XIX*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- _____. *A Paris do segundo império em Baudelaire*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- _____. *O Autor como produtor*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- _____. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- D'ANGELO, Martha. A Modernidade Sobre o Olhar de Walter Benjamin. *Estudos avançados*, São Paulo, nº 56, p 237-251, 2006.
- KOTHE, Flávio R. *Para ler Benjamin*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.
- LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MACPHERSON, C. B. *A teoria política do individualismo possessivo: Hobbes a Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. 'Locke on capitalist appropriation'. In: *The western political quarterly*, vol. 4, nº 4, pp. 550-566, 1951.
- ORTIZ, Renato. "Walter Benjamin e Paris - individualidade e trabalho intelectual". In: *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*: São Paulo, 12(1): 11-28, maio de 2000.